



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de assinatura do Decreto do Cão-Guia**

Palácio do Planalto, 21 de setembro de 2006

Meu querido companheiro Paulo Vannuchi, secretário especial dos
Direitos Humanos,

Meu querido companheiro Márcio Fortes, ministro das Cidades,

Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Fátima Nancy Andrigi, a quem
eu tenho o prazer de anunciar como uma ministra ex-metalúrgica, o que não é
pouca coisa,

Senhor Alexandre Baroni, presidente do Conselho Nacional dos Direitos
da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio de quem cumprimento os
conselheiros do Conade,

Senhor Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva, pioneiro usuário do
cão-guia, em nome de quem saúdo todos os que contribuíram para a
elaboração do decreto hoje firmado,

Senhor Elter Rosenfeld, representante de pessoas com deficiência
visual, usuárias de cão-guia, por meio de quem cumprimento as demais
pessoas com deficiência aqui presentes,

Meu querido companheiro Vital Severino Neto, presidente do Comitê
Paraolímpico,

Meu querido amigo Clodoaldo Francisco da Silva, medalhista
paraolímpico e, também, medalhista mundial,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Meus senhores e minhas senhoras,

Jornalistas,



Paulinho, antes, uma curiosidade que eu acho que você não sabia. Você sabe que uma das coisas que nós fizemos, no nosso mandato, foi colocar o cão como animal doméstico. Por incrível que pareça, no Brasil, apesar de há séculos e séculos o cachorro ser considerado o melhor amigo do homem, ele não era considerado um animal doméstico.

Se eu contar para vocês, vocês não vão acreditar. Teve um presidente que tinha um amigo que era criador do cachorro, no Rio de Janeiro. Se o cachorro continuasse sendo animal doméstico, precisaria ter o atendimento sanitário, a fiscalização sanitária. Esse cidadão, para não ter que passar os animais pela vigilância sanitária, resolveu, então, pedir um favor: que o animal deixasse de ser doméstico, e o cachorro deixou de ser doméstico. Então nós, em 2003, voltamos ao *status* do cão “melhor amigo do homem e da mulher” e, agora, melhor amigo. É que política é feita dessas coisas também.

Meus amigos, minhas amigas,

Este decreto que assinei hoje representa mais um avanço do Brasil em duas missões fundamentais das sociedades democráticas: respeitar as diferenças entre seus cidadãos e cidadãs e garantir que todos possam exercer os seus direitos básicos.

Ao regulamentarmos a lei sobre o cão-guia, estamos possibilitando a uma importante parcela de nossa população com deficiência visual circular livremente por nossos estabelecimentos comerciais e públicos com o auxílio de cães treinados. Estamos, enfim, possibilitando o exercício do fundamental direito de ir e de vir sem constrangimentos ou restrições.

Ao mesmo tempo, contribuímos para que toda a sociedade se conscientize e respeite as demandas daqueles que, pela privação de um sentido ou pela dificuldade em se locomover, precisam que o espaço público esteja adaptado a eles.

Digo isto porque a mesma consciência decorrente da obrigatoriedade do acesso dos cães-guia é aquela que aponta para a necessidade de



disponibilizar informações em Braille, de prover rampas de acesso a quem usa cadeira de rodas e de tantas outras adaptações que, embora pareçam pequenas ou irrelevantes para a maioria de nossa população, significam a remoção de imensos transtornos para quem tem algum tipo de deficiência.

O que não pode continuar acontecendo é justamente o que ocorria com o cão-guia no Brasil até agora. Embora seja de importância fundamental para as pessoas com deficiência visual, ele é muito pouco usado em nosso País. Isso ocorre justamente porque seu acesso era proibido em boa parte dos locais freqüentados pelas pessoas com deficiência.

Minhas amigas e meus amigos,

A regulamentação desta lei deve muito à mobilização das mais de 3 mil entidades que, em todo o Brasil, lutam pelos seus direitos. Estas organizações representam um tesouro de valor inestimável para a garantia dos direitos dos cidadãos em nosso País. Por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conade, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, elas vêm sendo nossas grandes parceiras quando se trata de elaborar, acompanhar e executar as políticas públicas sobre o tema.

Nosso diálogo e nossa parceria vêm sendo cada vez mais intensos a partir de 2003. E tenho a certeza de que este é um dos motivos pelos quais estamos conseguindo transformar em realidade algumas das mais antigas reivindicações das pessoas com deficiência. É o caso do Decreto da Acessibilidade, que assinei em 2004. Entre outros pontos, ele obriga estabelecimentos públicos e privados a terem uma arquitetura adequada ao acesso de pessoas com deficiência e o atendimento prioritário em caso de filas.

Outra importante demanda dos movimentos sociais é a inclusão das crianças e dos jovens com deficiência no sistema educacional. Nesse sentido, futuros professores já estão aprendendo a Língua Brasileira dos Sinais no curso de Magistério. E a distribuição de livros em Braille para as escolas públicas foi universalizada. Por meio de parcerias com secretarias municipais e



estaduais de Educação, estamos removendo barreiras físicas em escolas e adaptando salas de aula e laboratórios para que todos, repito, todos os alunos possam usufruir igualmente da educação. Nosso grande objetivo, afinal, é que as pessoas com qualquer tipo de deficiência deixem de ser condenadas ao isolamento. Queremos que elas tenham as mesmas oportunidades e possam utilizar os mesmos espaços e serviços destinados ao restante da população.

É por isso que determinamos, por meio do Ministério da Educação, que as crianças e adolescentes com deficiência frequentem as mesmas salas de aula que os demais alunos. Estamos, assim, dando às novas gerações importantes aulas de solidariedade e de respeito às diferenças. Diversos Ministérios e órgãos do governo federal desempenham ações no mesmo sentido. Seja em medidas específicas de proteção à saúde, seja no apoio cada vez maior ao esporte paraolímpico, o objetivo final é valorizar a diversidade e a pessoa com deficiência.

Quero, portanto, agradecer a todos vocês que estão participando desta solenidade, em especial às pessoas com deficiência visual ou de outro tipo, que tanto lutaram para ter seus direitos reconhecidos pela sociedade. Vocês são, para todos os brasileiros e brasileiras, grandes exemplos de persistência e de determinação acima de qualquer dificuldade. Suas histórias de vida nos ensinam a confiar em nós mesmos, a elevarmos nossa auto-estima e, sobretudo, nos encorajam a continuar avançando na construção de um Brasil cada vez mais justo e de enfrentar todos os desafios, mesmo os que pareçam intransponíveis.

Eu quero, meu querido companheiro Paulinho, dizer para você da alegria de poder assinar este decreto hoje. Muitas vezes as pessoas se queixam porque as coisas não acontecem mais rápido. Eu, às vezes, fico pensando que, se as coisas acontecessem com muita rapidez, sem o acompanhamento do crescimento da consciência política da sociedade, você poderia fazer no Brasil um conjunto de leis que, depois, o próprio povo diria “essa lei não pegou”,



porque o Brasil é o único país do mundo que tem lei que pega e lei que não pega.

Ora, quando nós fazemos uma lei e fazemos um decreto, acompanhado do trabalho que vocês fizeram antes, da preparação que vocês fizeram na sociedade, significa que essa lei começa a vigorar regulamentada de forma adequada e, certamente, a sociedade brasileira estará muito mais preparada para entender que o Brasil está ficando um país mais humanista, mais generoso, mais justo. E vocês passam a entender que têm direitos e, portanto, vocês podem e devem exigí-los a cada dia, a cada hora, porque somente assim nós iremos consagrar uma sociedade onde os direitos humanos sejam exercidos na sua plenitude.

Portanto, eu quero agradecer a cada um de vocês que vieram aqui com muito sacrifício, mesmo o Clodoaldo, que não trouxe as medalhas dele para a gente ver hoje. Quero agradecer do fundo do coração, porque se não fosse a persistência de vocês, se não fosse a vontade e a ousadia de vocês, certamente nós nem teríamos a lei e nem teríamos o decreto e vocês passariam a ser tratados, ainda, como cidadãos de segunda classe ou de terceira classe.

Eu dizia ao Paulinho agora há pouco: uma vez fui à Alemanha, há muito tempo, entrei em um restaurante na cidade de Munique. Lá vi um monte de caçadores chegar com os seus cachorros e, com a maior normalidade, entrar no restaurante e amarrar o cachorro no pé da mesa. O cachorrinho deitava embaixo da mesa, ao lado do dono, que almoçava, pagava a sua conta e ia embora. Um cidadão normal, que não tinha nenhuma deficiência que pudesse fazê-lo agir diferente. Ora, se a Alemanha chegou a entender que era possível, por que, no Brasil, nós não temos que entender?

O Paulinho me dizia uma coisa que é uma verdade absoluta: às vezes, no Brasil, essas coisas vão dar certo na medida em que a gente começar a discutir isso na escola, despertar na criança, desde a pré-escola, esse sentido



de solidariedade, de humanismo, de as pessoas serem generosas. Eu digo que é sempre mais fácil a gente ser bom, é sempre mais fácil a gente ser generoso. Se a gente acordasse todos os dias... ninguém precisa acordar pensando em fazer uma boa ação. A nossa boa ação tem que ser obrigação cotidiana. O Paulinho me dizia: às vezes as pessoas estão na fila, tem uma pessoa idosa que está com dificuldade de andar, tem gente que fala “bom, vamos passar na frente ou vamos empurrar”, quando era tão mais simples pegar essa pessoa e ajudá-la a chegar onde ela tem que chegar. Você estaria bem com você mesmo.

Então, eu acho que este decreto, Paulinho, é um pouco isso, ou seja, este decreto é a síntese da evolução política deste País, é a síntese da evolução humanista do nosso País. Aos poucos, nós vamos gostando um pouco de tudo, continuamos a ser um País irreverente, que gosta de muitas coisas, mas, ao mesmo tempo, nós vamos nos tornando um país cada vez mais responsável, cada vez mais generoso e cada vez mais solidário.

Por isso, muito obrigado, de coração, a todos vocês e que Deus permita que vocês obtenham tantas conquistas quantas forem necessárias para que a gente atinja a cidadania plena neste País.

Obrigado.